



Celebração da volta ao Estado de Direito



Por este QR code você assiste a entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana Niederauer no Podcast do Correio

Evento no sábado festeja, mas discute, o fim da ditadura militar e os cuidados para que não haja retrocessos

» IAGO MAC CORD*

Reprodução/CB



Aguiar salientou que, com a tentativa de golpe de Estado depois das eleições de 2022, debater os problemas da democracia faz com que se fortaleça

No próximo sábado, a democracia brasileira completa 40 anos, o mais longo período de prevalência do Estado de Direito desde a Proclamação da República. Em 15 de março de 1985, o então vice-presidente José Sarney assumiu, interinamente, o comando do país, devido à cirurgia do presidente eleito Tancredo Neves. Para Marcelo Aguiar, presidente da Fundação Astrojildo Pereira (FAP) e ex-secretário de Educação do Distrito Federal, é essencial celebrar essas quatro décadas — sobretudo por causa da tentativa de golpe de Estado, depois das eleições de 2022.

Para celebrar esses 40 anos, o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves Brasília — na Praça dos Três Poderes — recebe o evento “Democracia 40 anos: Conquistas, Dívidas e Desafios”, promovido pela FAP e pelo partido Cidadania —, que contará com apoio do **Correio Braziliense**.

Aguiar considera fundamental uma posição firme em defesa da democracia, que “pode não ser o mais perfeito, mas é o melhor que temos até hoje” — disse, citando o primeiro-ministro britânico Winston Churchill. A posse interina de Sarney dava início à Nova República e sepultava a ditadura militar depois de 21 anos.

Debate

O evento será dividido em três mesas de debate. O ex-presidente, por uma trapaça do destino ocupou o lugar destinado a Tancredo,

participará da primeira discussão e será o personagem principal. O segundo ciclo de discussões tratará das dívidas e dívidas da democracia brasileira e a terceira abordará a diversidade no Estado de Direito — com depoimentos de representantes da comunidade negra, das mulheres e dos indígenas.

“Esse é um momento muito especial, porque é o período mais longo de democracia que o Brasil já viveu. São 40 anos sem

nenhuma interrupção. Acho que é motivo de celebração. E, também, pelo momento que estamos passando, de contestação da democracia, de tentativa de rompimento do pacto democrático”, afirmou Aguiar, em entrevista ao *Podcast do Correio*.

Para o ex-secretário de Educação, a globalização e a interligação entre todo o mundo facilitam ameaças aos sistemas democráticos. Segundo ele, o que

acontece em qualquer ponto do planeta tem consequências — como a eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos, cujas primeiras medidas reverberam em vários países — inclusive o Brasil.

Segundo Aguiar, é preciso especial atenção com as redes sociais, que catalizaram o discurso de ódio e de ataque às instituições de democráticas. “Acho que a esquerda e os democratas

têm que começar a aprender a usar esse instrumento também para fazer frente a essas iniciativas”, adverte, para acrescentar.

“Ao contrário do que se fez no passado, que eram os golpes de Estado, a extrema-direita está tentando minar o sistema e a democracia por dentro. Eles estão participando de todo o processo. Eles estão ganhando o coração e a mente das pessoas”, lamenta.

SOCIEDADE

Guia orienta pais e educadores sobre celulares para crianças

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O governo lançou, ontem, um guia para crianças e adolescentes sobre o uso consciente de tecnologias. *Crianças, Adolescentes e*

Telas: Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais traz orientações para pais e educadores sobre o uso responsável de smartphones por menores de idade.

No guia, os responsáveis e

educadores poderão entender melhor o impacto das telas na saúde mental, sobre segurança on-line, cyberbullying e a importância do equilíbrio entre atividades digitais e interações no mundo real. Entre as recomendações, estão a não utilização de telas para crianças com menos de dois anos e sugere que pré-adolescentes com menos de 12 anos não devem ter o próprio

celular. Indica, ainda, que o uso de redes sociais por adolescentes deve ser supervisionado.

Segundo a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macacé Evaristo, o material reforça o uso equilibrado da tecnologia, não apenas por crianças e adolescentes, mas, também, por adultos. De acordo com o guia, um dos fatores que mais contribuem para o uso precoce

e excessiva de dispositivos digitais por menores de idade é que os pais ou responsáveis têm a mesma atitude.

A secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Kátia Schweickardt, chamou a atenção para o “bom uso” das tecnologias. “Para nossa surpresa, a proibição do uso de celulares em sala de aula tem sido um sucesso, porque está trazendo o

bom uso. A tecnologia nos aproximou de realidades que talvez nunca fôssemos enxergar, mas trouxe muito adocimento pelo excesso”, disse.

O guia está disponível no site do governo e é sequência da Lei 14.740/24, que proíbe o uso de celulares em sala de aula.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi



ALEXANDRE GARCIA

NO JULGAMENTO DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF, OS SENADORES RASGARAM PELO MEIO O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 52 — E EU, QUE TRANSMITIA AO VIVO PARA A TEVÊ, VI, OUVI E NÃO FALEI

Os três macaquinhos

“O pior cego é aquele que não quer ver”. A sabedoria popular poderia acrescentar, analogamente, que o pior surdo é aquele que não quer ouvir e o pior mudo é aquele que não quer falar.

No Brasil, praticamente todos têm celular e quase 200 milhões de pessoas são capazes de ler. Isso significa que a maioria dos brasileiros tem condições de consultar, no celular, algo como “liberdade de expressão na constituição” ou “proibição de censura na constituição” ou ainda “inviolabilidade de deputados e senadores na constituição”. Fica fácil para a maioria comparar o que está escrito na Constituição e decisões do Supremo

Tribunal Federal e constatar que a Constituição, nossa lei maior, não está sendo cumprida em questões essenciais que caracterizam uma democracia.

Além da fiscalização e julgamento do povo, que é o supremo poder numa democracia, a Constituição exige dos deputados e senadores, e do presidente da República, o juramento de cumprir, guardar e defender a Carta Magna. Vale dizer, seguir os princípios lá inscritos. A Lei Maior atribui ao Supremo a guarda da Constituição e ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e do regime democrático.

A Constituição também estabelece

que as Forças Armadas destinam-se à garantia dos poderes constitucionais. E qualquer jornalista sabe que se espera do jornalismo o alerta, a crítica, a denúncia, sempre que perceber qualquer arranhão na maior das leis, que é a Constituição — base da ordem, das liberdades, das garantias e barreira contra o arbítrio e o avanço do poder sobre os direitos individuais. Mas parece que há um apagão geral.

Dogmas do direito, como o devido processo legal, o amplo direito de defesa, o juiz natural, a inexistência de juízo de exceção, já foram atingidos por heresia. E a direção nacional da Ordem dos Advogados do Brasil não viu, não ouviu e não falou. Congressistas são violados na sua imunidade absoluta por

opiniões e palavras e o Senado, que poderia resgatar o artigo 53 da Constituição, não vê, não ouve, não fala.

O que está escrito

No julgamento da ex-presidente Dilma Rousseff, os senadores rasgaram pelo meio o parágrafo único do artigo 52 — e eu, que transmitia ao vivo para a tevê, vi, ouvi e não falei. Não cesso de me arrepender por ter perdido a oportunidade de mostrar, naquele dia, o que está na Constituição.

Por que tanta cegueira, surdez e mutismo? O Senado, que poderia resolver isso, em 81 senadores tem apenas 24 dispostos a votar impeachments. Se votar, esse resultado reforçaria o atual

regime de democracia relativa. Além disso, a cegueira, a surdez e o mutismo revelam o pouco caso que os responsáveis nos Três Poderes conferem à Constituição e às instituições democráticas.

Por enquanto, o vácuo de liberdade vem sufocando a direita, mais presente nas redes sociais, e suas vozes na política. Mas o autoritarismo não vai se saciar, a não ser com o total, de totalitário, que pretende tutelar. Os omissos — no jornalismo, nas instituições públicas e privadas — agem como os três macaquinhos: ouvidos tapados, olhos bloqueados, boca fechada.

Amanhã, quando os macaquinhos decidirem abrir os olhos e os ouvidos, e quiserem falar, o que conseguirão dizer?